

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TJ-PE

**TJ-PE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
PERNAMBUCO**

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Analista Judiciário e Oficial
de Justiça - Conhecimentos
Gerais**

**EDITAL Nº 01/2025, DE 07 DE JULHO DE
2025**

**CÓD: OP-028JL-25
7908403577842**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	33
3. Direito Administrativo.....	43
4. Direito Constitucional	55
5. Direito Civil.....	67
6. Direito Processual Civil.....	79
7. Direito Penal	93
8. Direito Processual Penal	107
9. Legislação.....	125

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2023)

HARD ROCK CAFE

As pessoas precisam de uma língua internacional para fazer negócios, viajar, estudar ciências, tecnologia, etc. Essa língua é o inglês. As pessoas também precisam de uma linguagem internacional para expressar emoções. Esta linguagem é a música. Os jovens precisam de um santuário. Eles gostam de se encontrar, comer decentemente, tomar um sorvete, expressar seus sentimentos e ideias, ouvir um bom pop/rock. Esse lugar é com certeza, o *Hard Rock Cafe*.

Início de uma promissora franquia, o primeiro restaurante HRC foi fundado em Londres, em 14 de junho de 1971, por dois jovens, Isaac Tigrett e Peter Morton. Sua estreia ocorreu em Londres, na área denominada de *Piccadilly*, próximo ao *Hyde Park*. O imóvel era amplo, pois, anteriormente fora um salão de automóveis. A decoração foi iniciada pelos dois sócios, eles preencheram as paredes com objetos relacionados ao Rock.

Atualmente, a decoração do HRC é composta por uma enorme coleção de itens como: instrumentos musicais, fotos, pôsteres, motos, roupas, etc. Essas relíquias pertenceram a roqueiros famosos como Madonna, Jimi Hendrix, Elvis, Peter Gabriel, Michael Jackson, Beatles, Prince, entre outros. O *Hard Rock Cafe* tem um slogan: “Ame todos, sirva todos”. E dizem que não é só um slogan: é o modo de vida deles.

Um exemplo é o de Eric Clapton, o qual dispensa apresentações, e vai ao HRC comer “*Pig*”, seu sanduíche favorito. Ele gosta de lá, pois é bem servido em um ambiente acolhedor. Mas se você não é uma estrela do rock... Não importa! Suponha que você esteja visitando o HRC pela primeira vez: você também será muito bem tratado, e vão lhe dar boas-vindas, por ser o mais novo membro da Família Hard Rock.

Talvez esta seja uma das razões do sucesso do *Hard Rock Cafe*. A outra pode ser a forma acolhedora como tratam a nós, brasileiros, o HRC oferece, também, bebidas tropicais com manga,

abacaxi, banana, além do inesquecível café! Café expresso, café com leite, entre outras variedades. Vale conferir!

Observe os vocábulos: “negócios”, “santuário” e “ciências”. A seguir, assinale a alternativa correta em referência à acentuação e à ortografia.

- (A) “negócios” e “ciências” são palavras paroxítonas, já “santuário” é uma palavra proparoxítona.
- (B) “ciências” é uma palavra oxítona, já “negócios” e “santuário” são palavras paroxítonas.
- (C) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras paroxítonas.
- (D) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras proparoxítonas.
- (E) “negócios”, “ciências” e “santuário” são palavras oxítonas.

2. (2023)

Observe as palavras elencadas a seguir e indique suas classificações no que se refere à tonicidade.

O plural das palavras costuma não alterar a acentuação. Entretanto a palavra “pastel” é uma oxítona terminada em L e não é acentuada, mas o plural “pastéis” é . Há três outras palavras que contêm essa formação. Assinale a alternativa que apresenta a única palavra que, quando pluralizada, **não** recebe acento tônico na última sílaba.

- (A) carretel.
- (B) farol.
- (C) canal.
- (D) anel.

3. (2023)

Assinale a alternativa em que TODAS as palavras estão acentuadas em desacordo com as novas normas ortográficas:

- (A) Papéis, chapéu, inflamatório, ônibus.
- (B) Troféu, herói, lêem, fiéis.
- (C) Enjôo, destrói, faróis, véu.
- (D) Assembléia, vêem, idéia, feiúra.

4. (2023)**Texto 2**

A infração que mais incomoda o motorista é a mesma que cresce anualmente em SP

(Texto modificado especificamente para este concurso. Texto original de Maurício Oliveira, no jornal O Estado de S. Paulo, 29-09-22- Economia e Negócios – B7

1º § O uso do celular é um problema para o trânsito nacional. A infração gravíssima aumenta o risco de acidentes em até 400%, atrapalha o tráfego e tem crescido anualmente. Ao mesmo tempo, é apontada como a atitude que mais incomoda outros condutores.

2º § Levantamento divulgado pela concessionária CCR na última semana indica que para 31% dos motoristas o que mais irrita no trânsito é ver outra pessoa ao telefone enquanto dirige. O estudo foi realizado em 11 praças de pedágio no Estado de São Paulo e ouviu 8.979 pessoas.

3º § Se incomoda ver o outro ao celular, por que grande parte da população não deixa de cometer essa infração gravíssima? O número de multas no Estado de São Paulo pelo uso do telefone ao volante quase dobrou, saltando de 6,9% no primeiro semestre de 2021 para 12,5% no mesmo período de 2022. **Nada menos que 77,7% dessas multas foram registradas na capital.** na qual 600 motoristas são flagrados por dia cometendo a irregularidade.

4º § Apesar do nível semelhante de risco, o ato de usar celular ao volante ainda não sofre a mesma pressão social que dirigir alcoolizado e a prerrogativa legal é mais branda”, avalia Mauro Voltarelli, gerente de Educação Para o Trânsito do Detran-SP.

5º § Essa infração gera **sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e multa de R\$ 293,47.** A autuação pode ser combinada com outro tipo de infração, a condução de veículo sem as duas mãos ao volante, com valor de R\$ 130,16 e mais cinco pontos na carteira.

6º § Voltarelli informa que, para quem está dirigindo, **é proibido** não apenas segurar o celular, mas também mexer no aparelho mesmo quando ele está no suporte instalado no painel. Outro ponto importante é que estar parado no semáforo ou em ritmo lento durante um congestionamento não são situações que liberam o uso do celular.

Estudo

7º § Qualquer distração acrescenta ao ato de dirigir uma série de variáveis que fogem do controle do motorista — **e o celular se tornou a mais comum e perigosa das distrações.** Conduzir um veículo é tarefa que exige atenção plena. “Infelizmente, muita gente ainda resiste a esse entendimento básico”, observa o médico Antônio Meira Jr., presidente da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet) (...).

Na área da Descrição Linguística, especificamente a de morfemas, tem-se as formações por prefixo e por sufixo. Assinale a palavra que possua ambas as formações (prefixo + radical + sufixo).

- (A) simples.
- (B) motorista.
- (C) cone.
- (D) distrações.
- (E) infelizmente.

5. (2023)**Diversifique os seus investimentos**

Quer diversificar os seus investimentos? Quer investir aqui no Brasil em um produto muito popular no exterior? As “notas estruturadas” são muito populares nos Estados Unidos e na Europa, mas não desanime, você não precisará abrir uma conta internacional para investir. Nós temos a nossa própria versão dessas “notas estruturadas”, são os “Certificados de Operações Estruturadas” ou COEs, como são conhecidos no mercado financeiro nacional.

Eles mesclam aplicações e características da renda fixa e da renda variável em um só produto. Apesar de seu funcionamento ser semelhante a um fundo de investimentos tradicional, há diferenças significativas: um valor mínimo a ser aplicado, um indexador definido, uma data de vencimento e, principalmente, apresenta ao investidor uma série de cenários diferentes de ganhos e perdas.

Uma das características mais marcantes dos COEs é a sua flexibilidade, tendo em vista que eles podem adotar estratégias bastante variadas, a rentabilidade irá depender principalmente do tipo de aplicação e da quantidade de ativos em cada produto.

O COE mais popular no nosso mercado é o de “Valor Nominal Protegido”, esse tipo garante que o investidor receba, no mínimo, o valor principal investido, ou seja, a quantia aplicada inicialmente. Importa destacar que antes de investir, verifique o

prazo de contratação, o indexador e as possibilidades de rendimentos, caso seja necessário, contrate uma consultoria especializada. Esperamos ter-lhe auxiliado a diversificar os seus investimentos e conhecer melhor o COE.

(Texto baseado em: <https://www.infomoney.com.br/guias/coe/> acesso em 12/dez/2022. Texto desenvolvido especificamente para este concurso)

Retorne ao texto, considere a estrutura apresentada e, mais especificamente, o pronome em destaque: “ELES mesclam aplicações e características da renda fixa e da renda variável em um só produto”. Agora faça a análise das classes de palavras a partir das afirmativas a seguir.

I. O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso oblíquo, refere-se à terceira pessoa do plural e está substituindo o objeto direto: renda fixa.

II. O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso reto, refere-se à terceira pessoa do plural e está substituindo o sujeito: COEs.

III. O pronome em destaque é um pronome pessoal do caso oblíquo, refere-se à terceira pessoa do singular e está substituindo o objeto indireto: renda variável.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

6. (2023)

Texto I

Pense em quantos anos foram necessários para chegarmos a este ano
 quantas cidades para chegar a esta cidade
 e quantas mães, todas mortas, até tua mãe
 quantas línguas até que a língua fosse esta
 e quantos verões até precisamente este verão
 este em que nos encontramos neste sítio
 exato
 à beira de um mar rigorosamente igual
 a única coisa que não muda porque muda sempre
 quantas tardes e praias vazias foram necessárias
 para chegarmos ao vazio
 desta praia nesta tarde
 quantas palavras até esta palavra, esta
 (MARQUES, Ana Martins. *O livro das semelhanças*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015. P.70

A dêixis é um fenômeno típico da linguagem humana e, no poema acima, pode ser ilustrada por meio do emprego do:

- (A) pronome indefinido indicando quantidade.
- (B) emprego do modo subjuntivo no 4º verso.
- (C) advérbio que exprime modo no 8º verso.
- (D) pronome demonstrativo de 1ª pessoa.

7. (2024)

Texto II

O IBC

O Instituto Benjamin Constant é uma instituição federal da administração direta, ligada diretamente ao gabinete do ministro da Educação e especializada na educação e atendimento de pessoas cegas e com baixa visão.

O público atendido pelo IBC é formado por pessoas de todas as idades. De recém-nascidos atendidos pela educação precoce, passando por todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio profissionalizante). Desde 2019 a instituição oferece o Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual — o primeiro curso stricto sensu na área da América Latina.

Além da educação formal, o IBC também promove a reinserção social das pessoas que perderam ou estão em processo irreversível de perda da visão — acompanhando-as e orientando-as para que reconquistem a autonomia na condição de pessoas com deficiência visual na sociedade em geral e no mundo do trabalho em particular.

[...]

Como centro de referência nesta área, a instituição também atua na formação especializada na educação de pessoas com deficiência visual e assessora instituições públicas e privadas no atendimento às necessidades desse público.

Ao longo dos anos, o IBC tornou-se também um centro de pesquisas médicas no campo da oftalmologia, possuindo um dos programas de residência médica mais respeitados do País. Através desse programa, presta serviços de atendimento médico à população, realizando consultas, exames e cirurgias oftalmológicas.

(Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional-1>.

Acessado em 11/01/2024)

O termo que introduz o terceiro parágrafo, contribui para a progressão textual estabelecendo, com a informação que o antecede, um sentido de:

- (A) retificação.
- (B) acréscimo.
- (C) oposição.
- (D) exemplificação.

8. (2023)

Texto 1- Charge



Disponível em <https://www.dgabc.com.br/2017/Noticia/3875839/charge-19-de-julho-de-2022>; acesso em 27-nov-22.

No texto 1, podemos ler “Ah! Dirigindo e usando o celular!”, em relação ao sentido da conjunção ‘e’, a qual neste caso não indica adição, assinale a alternativa correta que marca seu uso.

- (A) Adversidade, pois não se deve dirigir e usar o celular.
- (B) Proporcionalidade, pois não se deve dirigir e usar o celular.
- (C) Comparação, há a equiparação de dirigir e usar o celular.
- (D) Condicionalidade, quando se dirige, deve-se usar o celular.
- (E) Explicação, ao usar o celular, torna-se necessário dirigir.

9. (2023)

Texto 2

A infração que mais incomoda o motorista é a mesma que cresce anualmente em SP

(Texto modificado especificamente para este concurso. Texto original de Maurício Oliveira, no jornal O Estado de S. Paulo, 29-09-22- Economia e Negócios – B7

1º § O uso do celular é um problema para o trânsito nacional. A infração gravíssima aumenta o risco de acidentes em até 400%, atrapalha o tráfego e tem crescido anualmente. Ao mesmo tempo, é apontada como a atitude que mais incomoda outros condutores.

2º § Levantamento divulgado pela concessionária CCR na última semana indica que para 31% dos motoristas o que mais irrita no trânsito é ver outra pessoa ao telefone enquanto dirige. O estudo foi realizado em 11 praças de pedágio no Estado de São Paulo e ouviu 8.979 pessoas.

3º § Se incomoda ver o outro ao celular, por que grande parte da população não deixa de cometer essa infração gravíssima? O número de multas no Estado de São Paulo pelo uso do telefone ao volante quase dobrou, saltando de 6,9% no primeiro semestre de 2021 para 12,5% no mesmo período de 2022. **Nada menos que 77,7% dessas multas foram registradas na capital**, na qual 600 motoristas são flagrados por dia cometendo a irregularidade.

4º § Apesar do nível semelhante de risco, o ato de usar celular ao volante ainda não sofre a mesma pressão social que dirigir alcoolizado e a prerrogativa legal é mais branda”, avalia Mauro Voltarelli, gerente de Educação Para o Trânsito do Detran-SP.

5º § Essa infração gera **sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e multa de R\$ 293,47**. A autuação pode ser combinada com outro tipo de infração, a condução de veículo sem as duas mãos ao volante, com valor de R\$ 130,16 e mais cinco pontos na carteira.

6º § Voltarelli informa que, para quem está dirigindo, **é proibido** não apenas segurar o celular, **mas também** mexer no aparelho mesmo quando ele está no suporte instalado no painel. Outro ponto importante é que estar parado no semáforo ou em ritmo lento durante um congestionamento não são situações que liberam o uso do celular.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

Em determinada investigação, decidiu-se por uma reconstituição do caso. Para haver uma maior fidelidade na reconstituição, a data escolhida deveria ser chuvosa. Então foram considerados cinco datas, sendo estas com as seguintes probabilidades: Dias A e B com a mesma probabilidade de chuva. Dia C com o dobro da probabilidade de chuva do dia A, e dia D com o dobro da probabilidade de chuva do dia B, e, por último o dia E com o dobro da probabilidade de chuva do dia D. Nestas condições, assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade da chuva ocorrer nos dias B ou D.

- (A) 40%
- (B) 50%
- (C) 30%
- (D) 70%
- (E) 60%

2. (2024)

Uma caixa contém 10 bombons de chocolate, 5 de morango e 5 de maracujá. Você pega um bombom sem olhar. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de selecionar um bombom de chocolate nessa caixa.

- (A) 40%
- (B) 25%
- (C) 33%
- (D) 50%
- (E) 15%

3. (2023)

Com os dígitos {1, 2, 3, 4, 7} conseguimos formar números de 3 algarismos distintos. Suponha que um deles seja escolhido ao acaso, assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade deste número escolhido seja par.

- (A) $\frac{1}{5}$
- (B) $\frac{2}{5}$

(C) $\frac{3}{5}$

(D) $\frac{4}{5}$

(E) $\frac{5}{5}$

4. (2023)

Em uma sala existem 6 (seis) mulheres e 7 (sete) homens. Assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade de uma pessoa, escolhida aleatoriamente, ser uma mulher.

- (A) aproximadamente 53%
- (B) aproximadamente 46%
- (C) aproximadamente 38%
- (D) aproximadamente 30%
- (E) aproximadamente 23%

5. (2023)

Assinale a alternativa que apresenta qual é a probabilidade de sair uma carta menor que 7 (ou seja: Ás, 2, 3, 4, 5 ou 6) ao retirar uma carta qualquer de um baralho comum de 52 cartas.

- (A) $\frac{4}{13}$
- (B) $\frac{5}{13}$
- (C) $\frac{6}{13}$
- (D) $\frac{7}{13}$

6. (2023)

Um grupo de 15 pessoas composto conforme a tabela abaixo está concorrendo a uma série de brindes em um sorteio. O primeiro brinde a ser sorteado é o ingresso de cinema, para um filme de classificação indicativa para maiores de 16 anos. Esse brinde só será entregue caso o sorteado esteja dentro da faixa etária indicada para o filme, caso contrário um novo sorteio será feito sem incluí-lo. Assinale a alternativa que apresenta qual a probabilidade do sorteio precisar ser feito duas vezes, que o primeiro sorteado seja um homem e que o prêmio seja recebido por uma mulher.

	Homens	Mulheres
Idade igual ou inferior a 16 anos	5	3
Idade superior a 16 anos	5	2

- (A) 9/29
- (B) 2/45
- (C) 1/21
- (D) 7/29

7. (2023)

Se chover hoje à noite, Maria não vai sair. Se não sair, a probabilidade de pedir uma pizza para entrega em casa é de 0,80. Por outro lado, se não chover Maria vai sair, e, nesse caso, a probabilidade de ir a uma pizzaria e pedir uma pizza para consumo no local é de 0,20. Sabendo que a probabilidade de chover hoje à noite é de 0,25, a probabilidade de Maria pedir uma pizza é de:

- (A) 0,50
- (B) 0,05
- (C) 0,35
- (D) 0,40
- (E) 0,15

8. (2024)

Em um grupo de pessoas, 48% têm mais de 18 anos. Entre essas pessoas, 30% tocam um instrumento musical. Entre os que têm menos de 18 anos, 20% tocam algum instrumento musical. A probabilidade de que, escolhendo uma pessoa ao acaso desse grupo, ela tenha mais de 18 anos e não toque nenhum instrumento musical é:

- (A) 0,336
- (B) 0,144
- (C) 0,104
- (D) 0,416

9. (2023)

Em um estudo de uma clínica veterinária, foi constatado que um gato pode adquirir certa doença, no decorrer de cada mês, com uma probabilidade de 30%. A probabilidade de que um gato sadio venha a contrair a doença apenas no terceiro mês é igual a:

- (A) 13,5 %
- (B) 14,7 %
- (C) 15,6 %
- (D) 12,9 %
- (E) 11,7%

10. (2024)

Para ter acesso a uma reunião online um diretor de empresa precisa digitar uma senha de quatro dígitos composta pelas 6 primeiras letras do alfabeto, porém esqueceu onde a anotou e só lembra que a primeira letra da senha é uma vogal e que nenhuma letra se repete. Nessas condições a probabilidade dese diretor acertar a senha em uma única tentativa é igual a:

- (A) 1/48
- (B) 1/60
- (C) 1/90
- (D) 1/120
- (E) 1/240

11. (2024)

Um dado de seis lados é lançado três vezes consecutivas. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de obter a soma dos resultados igual a 10.

- (A) 1/54
- (B) 1/72
- (C) 1/27
- (D) 1/108
- (E) 1/36

12. (2023)

Dois dados não viciados são lançados. A probabilidade de a soma dos valores obtidos ser múltiplo de 3 é igual a:

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{7}{3}$
- (D) $\frac{8}{3}$
- (E) $\frac{5}{3}$

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2023)

As fontes do direito administrativo constituem ou promovem o direito aplicável. Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de fontes formais do Direito Administrativo.

- (A) A Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a doutrina
- (B) Os costumes *secundum legem*, a doutrina e a Convenção Americana dos Direitos Humanos
- (C) A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, os princípios gerais de direito e as leis complementares
- (D) A circular do Banco Central, o decreto legislativo e a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar
- (E) A súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, a sentença com efeito erga omnes proveniente de ação coletiva e os costumes contra legem

2. (2023)

Considerando os princípios e fundamentos teóricos do direito administrativo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) De acordo o critério da Administração Pública, o Direito Administrativo é um conjunto harmônico de princípios e regras que formam o regime jurídico administrativo; ele rege os órgãos, as entidades e os agentes no exercício da atividade administrativa independentemente do Poder a exerce (Legislativo, Executivo ou Judiciário)
- (B) De acordo com o de jurisdição única (Sistema Inglês) o controle do ato administrativo é realizado pela Administração Pública. Excepcionalmente, o Poder Judiciário poderá realizar o controle em casos de atividade pública de caráter privado, ações ligadas ao Estado e a capacidade das pessoas, propriedade privada e repressão penal

(C) A expressão “empresas estatais” compreende toda e qualquer entidade, civil ou comercial, sob o controle acionário do Estado, englobando as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e as demais sociedades controladas pelo Estado

(D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa

3. (2023)

Sobre Direito Administrativo, analise as afirmativas abaixo.

I. O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

II. Função administrativa consiste no dever do Estado, ou de quem aja em seu nome, de dar cumprimento, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, para a realização dos fins públicos, sob regime jurídico prevalente de direito público e mediante atos ou comportamentos passíveis de controle.

Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) As afirmativas I e II estão corretas
- (B) As afirmativas I e II estão incorretas
- (C) Apenas a afirmativa I está correta
- (D) Apenas a afirmativa II está correta

4. (2024)

Sobre a discricionariedade dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) O poder de ação administrativa, embora discricionário, não é totalmente livre, porque, sob alguns aspectos, em especial a competência, a forma e a finalidade, a lei impõe limitações

(B) Atos administrativos discricionários são aqueles em que o servidor público pode tomar decisões sem qualquer tipo de controle ou revisão judicial, desde que baseados em conveniência

(C) A discricionariedade administrativa implica na possibilidade de o ato administrativo ser alterado ou revogado pela Administração Pública, mas apenas por razões de legalidade, não podendo ser revogado por razões de conveniência

(D) Atos administrativos discricionários são sempre vinculados e obrigatórios para a Administração Pública, não permitindo que o agente escolha a melhor forma de agir

5. (2024)

A respeito do atributo da imperatividade, analise as afirmativas abaixo.

I. É o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

II. Decorre da prerrogativa que tem o Poder Público de, por meio de atos unilaterais, impor obrigações a terceiros.

III. É uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.

IV. É o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e IV apenas
- (B) II, III e IV apenas
- (C) I, II e III apenas
- (D) II e III apenas

6. (2023)

Os Atos Administrativos têm atributos. _____ é um atributo em que

os fatos alegados pela Administração Pública presumem-se verdadeiros.

Assinale a alternativa que preencha **corretamente** a lacuna.

- (A) Presunção de veracidade
- (B) Presunção de legitimidade
- (C) Imperatividade
- (D) Tipicidade

7. (2023)

Uma das formas mais comuns de manifestação do desempenho da função administrativa, que é objeto central do estudo do Direito Administrativo, se dá pela prática de atos administrativos.

_____ são caracterizados pela individualidade e subjetividade.

Assinale a alternativa que preencha **corretamente** a lacuna.

- (A) Atos-regra
- (B) Atos jurisdicionais
- (C) Atos subjetivos
- (D) Atos condição

8. (2023)

Dentre os muitos conceitos e critérios adotados para definir o ato administrativo, pode-se afirmar que se trata de uma das modalidades de ato praticado pelo Estado, ao lado, por exemplo, do ato normativo e do ato judicial. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O ato administrativo é sempre passível de controle judicial
- (B) Em decorrência do atributo da presunção de legitimidade, presume-se, até prova em contrário, que o ato administrativo fora emitido com observância da lei
- (C) Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência
- (D) Decreto é a forma de que se revestem os atos individuais ou gerais, emanados do Chefe do Poder Legislativo

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

(B) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

(C) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações

(D) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção

(E) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político

2. (2024)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que apresenta um dos seus fundamentos.

(A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

(B) Autodeterminação dos povos

(C) Garantir o desenvolvimento nacional

(D) Defesa da paz

(E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

3. (2024)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta os fundamentos da República Federativa do Brasil.

(A) Soberania, cidadania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária

(B) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a erradicação da pobreza

(C) Soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, dignidade da pessoa humana e pluralismo político

(D) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e construção de uma sociedade livre, justa e solidária

4. (2024)

Sobre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil, analise as afirmativas abaixo.

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III. Pluralismo Político.

IV. Concessão de Asilo político.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I, II e III apenas

(B) II e IV apenas

(C) I, III e IV apenas

(D) I, II, III e IV

5. (2024)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas abaixo:

I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, entre outros, por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos,

por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

IV. Não haverá penas de trabalhos forçados, salvo em caso de guerra declarada.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II apenas
- (B) I e IV apenas
- (C) II e IV apenas
- (D) II e III apenas
- (E) III e IV apenas

6. (2024)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, analise as afirmativas abaixo.

I. Conceder-se-á _____ para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas-corpus” ou “habeas-data”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II. Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) mandado de segurança / ação popular / mandado de injunção
- (B) mandado de injunção / mandado de segurança / ação popular
- (C) mandado de segurança / mandado de injunção / ação popular
- (D) ação popular / mandado de injunção / mandado de segurança

7. (2024)

Nos termos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei. A Constituição Brasileira, no mesmo sentido, procura garantir a liberdade como um direito fundamental. Sobre as liberdades da comunicação social, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato
- (B) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional
- (C) Assegura-se o direito de resposta, proporcional ao agravo, mas não a indenização por dano moral
- (D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado
- (E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença

8. (2024)

Ricardo, ao conversar com Joana, sua amiga de infância, sobre a proteção ao meio ambiente, decidem reunir um grupo de pessoas para promover um ato público em defesa do meio ambiente. A ideia seria de um ato, sem armas, em local aberto ao público, sem que estivessem frustrando outro encontro anteriormente convocado para o mesmo local. Joana ficou tão animada com a responsabilidade de fazer o prévio aviso à autoridade competente. No Título II da Constituição Brasileira de 1988, são previstos os direitos e garantias fundamentais. Assinale a alternativa que apresenta o direito que Ricardo e Joana querem exercer.

- (A) Liberdade de locomoção
- (B) Direito ao meio ambiente
- (C) Direito de reunião
- (D) Direito de associação

DIREITO CIVIL

1. (2024)

O Artigo 8º do Código Civil preceitua que se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum deles precedeu aos demais, presumir-se-á que as mortes foram simultâneas. O nome que se dá a isso é:

- (A) Comoriência
- (B) Premoriência
- (C) Contiguidade
- (D) Promoriência
- (E) Anteroguidade

2. (2023)

Considerando a personalidade e a capacidade das pessoas naturais no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outros, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dez meses após o término da guerra
- (B) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer
- (C) É vedada a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, ainda que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida
- (D) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e a incapacidade não cessará, para os menores, pelo casamento

3. (2023)

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

Serão registrados em registro público:

- (A) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz
- (B) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida
- (C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa

(D) os nascimentos, casamentos e óbitos

(E) os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação

4. (2022)

No que se refere às disposições do Código Civil sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa que aborde corretamente a definição de comoriência.

(A) Ocorre naqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade

(B) Ocorre se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida

(C) Ocorre se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra

(D) Ocorre, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória

(E) Ocorre se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumindo-se simultaneamente mortos

5. (2022)

No que tange aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta.

(A) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando for comprovada a inexistência de intenção difamatória

(B) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte

(C) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária

(D) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica

6. (2023)

O título do Código Civil de 2002 dedicado às pessoas naturais possui capítulo específico acerca da ausência. A respeito deste tema, analise as afirmativas a seguir e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra definitivamente a sucessão quando decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente que não deixou procurador ou representante.

() Pode-se requerer a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

() Os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão quando decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente que deixou procurador ou representante.

() Em falta de cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo e, entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.

() Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o Ministério Público poderá declarar sua ausência e lhe nomear curador.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - F - F - F - V
- (B) F - F - V - F - V
- (C) F - F - F - V - V
- (D) F - V - F - V - F
- (E) V - V - F - F - F

7. (2022)

De acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de pessoa jurídica de direito público interno.

- (A) Associações
- (B) Autarquias
- (C) Sociedades
- (D) Partidos políticos

8. (2022)

Relativamente à confusão patrimonial, concebida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios, esta não restará caracterizada por:

- (A) atos de descumprimento da autonomia patrimonial
- (B) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do administrador
- (C) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que de valor proporcionalmente insignificante
- (D) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio

9. (2022)

De acordo com o artigo 44 do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

- I- as associações;
- II- as sociedades;
- III- as fundações;
- IV- as organizações religiosas;
- V- os partidos políticos.

Sobre as associações, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos
- (B) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos
- (C) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais
- (D) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto
- (E) A determinação dos requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados é dado dispensável no estatuto da associação

10. (2022)

No que tange às disposições do Código Civil sobre o domicílio, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes
- (B) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. IBFC - 2024

Assinale a alternativa que não se amolda a uma das características da jurisdição.

(A) A jurisdição se debruça sobre problemas concretos, jamais abstratamente, como se dá com a função legislativa. O raciocínio do órgão jurisdicional é sempre problemático

(B) A coisa julgada torna a decisão insuscetível de revisão para a própria jurisdição, razão pela qual se fala em “coisa soberanamente julgada” quando decorrido o prazo para propositura da ação rescisória

(C) A coisa julgada é um atributo da decisão judicial, porém, não é um elemento da decisão, pois é uma situação posterior, que pode ou não ocorrer. Assim, pode haver jurisdição sem coisa julgada material, pois se trata de opção legislativa do Estado

(D) O juiz realiza atividade criativa, eis que constrói a decisão de acordo com seu convencimento, procurando no legislativo, fundamentos para a mesma. Nesse sentido, inicialmente, o magistrado decide o caso e, em seguida, busca no sistema (legislação, princípios etc.) amparo para motivar sua decisão

(E) O solucionador do conflito deve ser um terceiro imparcial e estranho ao litígio. O órgão julgador deve ser terceiro e interessado

2. IBFC - 2024

A respeito do que dispõe o Código de Processo Civil acerca da jurisdição e da ação, analise as afirmativas abaixo.

I. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como *amicus curiae*.

II. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

III. O interesse do autor não pode limitar-se apenas à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento. Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II apenas
- (B) I e III apenas
- (C) II e III apenas
- (D) II apenas

3. IBFC - 2024

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dos limites da jurisdição nacional, assinale a alternativa correta.

(A) Compete à autoridade judiciária estrangeira processar e julgar as ações que versam sobre contrato firmado no estrangeiro, ainda que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação

(B) Em uma situação hipotética em que um consumidor com domicílio ou residência no Brasil adquire aparelho celular no exterior, não competirá à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ação de consumo que envolva defeito neste celular

(C) A submissão à jurisdição nacional deve ser expressa e não competirá à autoridade brasileira processar e julgar as ações em que as partes tacitamente se submetem à jurisdição nacional

(D) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil

4. IBFC - 2024

A respeito da competência interna no Código de Processo Civil, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

() A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

() É competente o foro de domicílio do réu, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - V
- (B) F - V - F
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

5. IBFC - 2024

Sobre a competência do órgão julgador, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes podem celebrar negócio jurídico processual dispondo sobre a competência funcional, modificando-a
 (B) A cláusula de eleição de foro, por ser resultado da autonomia privada das partes, não pode ser reputada ineficaz pelo juiz
 (C) O juízo arbitral é o competente para dar cumprimento à sentença arbitral
 (D) Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou do fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal

6. IBFC - 2023

O código de Processo Civil determina, em seu artigo 42, que “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”. A respeito deste tema e em consonância com o texto legal mencionado, analise as afirmativas abaixo.

I. É irrelevante para determinação da competência a modificação de direito que altere a competência absoluta ocorrida após o registro ou distribuição da petição inicial.

II. Tramitando perante vara cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ação de acidente de trabalho em que é parte o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (CREMEGO), serão os autos remetidos ao juízo federal competente.

III. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

IV. É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
 (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
 (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
 (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
 (E) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

7. IBFC - 2023

Com base no que dispõe o Código de Processo Civil, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

() Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

() O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for autor, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - V - F
 (B) V - V - V
 (C) V - F - V
 (D) F - F - V
 (E) F - F - F

8. IBFC - 2022

No que tange às disposições do Código de Processo Civil sobre competência, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

() Determina-se a competência no momento do despacho que determina a citação do réu, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

() As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
 (B) V - F - V
 (C) F - F - V
 (D) V - V - F
 (E) F - F - F

DIREITO PENAL

1. IBFC - 2022

Relativamente aos métodos de interpretação da lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Interpretação contextual é realizada dentro do próprio texto elaborado, como no caso do art. 327 do Código Penal, que explica o conceito de funcionário público para fins penais
- (B) A interpretação evolutiva é a forma de interpretação que, ao longo do tempo, vai se adaptando às mudanças político-sociais e às necessidades do momento, como no caso da aplicação do crime de ato obsceno, previsto no art. 233 do Código Penal, em que no passado se entendia que condutas como o beijo lascivo se enquadravam em tal delito, mas, no presente, devido à maior “liberdade sexual”, entende-se que o beijo lascivo, por si só, ainda que praticado em via pública, não configura o crime
- (C) A interpretação doutrinária paralela é aquela que surge simultaneamente a um texto legal. Em resumo, o legislador edita determinada norma e, junto a ela, traz ensinamentos doutrinários sobre a sua matéria. Exemplo nítido de interpretação doutrinária simultânea é a Exposição de Motivos do Código Penal
- (D) A interpretação teleológica-objetiva busca a vontade da lei em si, por meio da análise da exposição de motivos da lei, por exemplo
- (E) A interpretação lógico-sistemática procura o sentido da lei, através da função gramatical dos vocábulos. Trata-se da primeira etapa do processo interpretativo, pois as palavras podem ser equívocas, não espelhando com fidelidade a vontade da lei

2. IBFC - 2022

No que se refere à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores,

exceto se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado

- (C) Considera-se tempo do crime, o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- (D) Uma vez decorrido o período de duração da lei temporária, esta não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência
- (E) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

3. IBFC - 2024

A Lei penal, em sentido amplo, é a principal fonte imediata do direito penal. O princípio da legalidade está inscrito do artigo 1º do Código Penal, segundo o qual “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Sobre a aplicação da Lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- (B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- (C) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano
- (D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado
- (E) Em respeito ao princípio da soberania dos Estados, não se aplica a lei brasileira em crimes cometidos no estrangeiro

4. IBFC - 2024

Um cidadão alemão pratica crime de lesão corporal grave contra um cidadão belga a bordo de um navio público brasileiro quando este se encontra ancorado num porto argentino. De acordo com o Código Penal brasileiro, assinale a alternativa que apresenta qual legislação se aplica ao caso e com base em qual princípio.

- (A) A legislação alemã. Princípio da extraterritorialidade (nacionalidade ativa)
- (B) A legislação belga. Princípio da extraterritorialidade (nacionalidade passiva)
- (C) A legislação brasileira. Princípio da extraterritorialidade (representação ou “da bandeira”)
- (D) A legislação brasileira. Princípio da territorialidade

5. IBFC - 2022

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- (A) contra o patrimônio do Presidente da República
- (B) contra o patrimônio ou a fé pública de fundação instituída pelo Poder Público
- (C) contra a administração pública, por qualquer agente
- (D) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou estrangeiro
- (E) praticados em aeronaves de propriedade privada, quando em território estrangeiro

6. IBFC - 2022

Ainda no que diz respeito à teoria do crime, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou
- (B) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima
- (C) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços

(D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, sendo certo que, neste caso, devem ser consideradas as condições ou qualidades da vítima

(E) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente

7. IBFC - 2022

No que diz respeito ao resultado, previsto na Teoria do Crime, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Resultado naturalístico é a modificação do mundo exterior provocada pelo comportamento humano voluntário
- (B) Para os partidários da teoria do resultado jurídico, todo crime possui resultado, mesmo os de mera conduta, havendo nestes uma coincidência temporal e espacial entre a ação e o evento
- (C) De acordo com a concepção jurídica (ou normativa), o resultado da conduta é a lesão ou perigo de lesão de um interesse protegido pela norma penal (afetação jurídica)
- (D) Segundo a concepção naturalística, o conceito de resultado decorre da relação entre a conduta e a modificação, prescindindo-se de sua análise em face da norma jurídica
- (E) Quem invade o domicílio alheio, sem consentimento do proprietário, ofende o interesse jurídico concernente à tranquilidade doméstica, razão pela qual o tipo penal do crime de invasão de domicílio exige que de sua conduta advenha um determinado resultado material

8. IBFC - 2024

Acerca das disposições do Código Penal sobre crime, analise as afirmativas abaixo.

I. O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

II. A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

III. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. Estão corretas as afirmativas:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. IBFC - 2022

Assinale a alternativa que apresenta o significado do princípio da oficiosidade

(A) O princípio da oficiosidade impede que o juiz possa julgar com o conhecimento que eventualmente tenha além das provas constantes nos autos, pois, o que não estiver dentro do processo equipara-se à inexistência

(B) Segundo os ditames do princípio da oficiosidade, como regra, a autoridade policial tem autonomia para instaurar inquérito policial em crimes de ação penal pública incondicionada sendo que em crimes de ação penal condicionada ou ação privada não se tem tal autonomia

(C) O princípio da oficiosidade é assinalado pelos axiomas latinos *nemo iudex sine actore* e *ne procedat iudex ex officio*, ou seja, não há juiz sem autor, ou o juiz não pode dar início ao processo de ofício sem a provocação da parte interessada

(D) O princípio da oficiosidade se concretiza mediante a interposição de recursos, decorrente da necessidade de possibilitar a determinados Órgãos do Poder Judiciário a revisão de decisões proferidas por juízes ou tribunais sujeitos à sua jurisdição

(E) O princípio da oficiosidade traduz o dever que assiste ao Estado de facultar ao acusado a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada. Este princípio guarda relação com o direito ao contraditório, segundo o qual ninguém pode ser condenado sem antes ter a oportunidade de ser ouvido quanto aos fatos imputados

2. IBFC - 2022

No que diz respeito aos sistemas do processo penal, assinale a alternativa incorreta.

(A) O respeito ao processo per a democrático demanda a aplicação do princípio da inércia jurisdicional. O juiz deve ter uma atividade probatória complementar, sem jamais se colocar na posição de parte, principalmente no papel da acusação, sob pena de violação ao sistema acusatório e ao princípio do juiz natural, uma vez que desse modo, deixa de ser juiz. Ter-se-ia um sistema inquisitivo, no qual o juiz acusa junto com o Ministério Público

(B) O sistema acusatório caracteriza-se pela junção das funções de acusar, julgar, defender. O juiz é imparcial e as provas não possuem valor pré-estabelecido, podendo o juiz apreciá-las de acordo com a sua livre convicção, desde que fundamentada. O processo é público e estão presentes as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa

(C) Verifica-se no sistema misto a presença de uma fase inicial inquisitiva, na qual se procede a uma investigação preliminar e a uma instrução preparatória, e uma fase final, em que se procede ao julgamento com todas as garantias do processo acusatório

(D) A opção pelo processo penal acusatório resta evidenciada na Constituição Federal de 1988 ao prever como princípios garantidores e inerentes ao Estado democrático de Direito as garantias da inafastabilidade da tutela jurisdicional, do devido processo legal, do pleno acesso à Justiça, do juiz e do promotor natural, do tratamento paritário e equidistante das partes, da ampla defesa, da publicidade dos atos processuais e motivação dos atos decisórios, e da presunção da inocência

(E) O sistema acusatório traz como corolários os princípios da inércia e da imparcialidade do órgão jurisdicional, inclusive, e especialmente, no tocante à impossibilidade de que o julgador substitua iniciativa que seja de atribuição exclusiva da parte

3. IBFC - 2022

No que diz respeito aos princípios que regem o processo penal, assinale a alternativa incorreta.

(A) O princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência possui respaldo constitucional, bem como impõe que às partes deve ser conferida a possibilidade de influir no convencimento do magistrado, oportunizando-se a participação e manifestação sobre os atos que constituem a evolução processual

(B) O princípio da presunção de inocência, também chamado de princípio do estado de inocência visa primordialmente à tutela da liberdade pessoal, preconizando que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”

(C) O princípio da imparcialidade do juiz traduz o dever estatal de atribuir transparência aos atos que praticar, bem como fornecer todas as informações que lhe forem requeridas. Tal princípio reforça as garantias da independência e responsabilidade do magistrado

(D) O princípio do duplo grau de jurisdição se concretiza mediante a interposição de recursos, decorre da necessidade de possibilitar a determinados Órgãos do Poder Judiciário a revisão de decisões proferidas por juízes ou tribunais sujeitos à sua jurisdição. Embora inexista previsão expressa deste princípio em seu texto, a Constituição Federal o incorpora de forma implícita, ao estabelecer, por exemplo, as regras de competência dos órgãos do Poder Judiciário

(E) O princípio da busca da verdade também é conhecido como princípio da livre investigação da prova no interior do pedido e princípio da imparcialidade do juiz na direção e apreciação da prova, bem como princípio da investigação, princípio inquisitivo ou princípio da investigação judicial da prova.

4. IBFC - 2022

No que se refere à interpretação do direito processual penal, assinale a alternativa incorreta.

(A) A interpretação gramatical, também conhecida como literal ou sintática é fundada em regras gramaticais e sintáticas e interpreta a letra fria da lei, sempre levando em consideração o sentido literal das palavras. Já a interpretação teleológica busca a vontade do legislador, atendendo-se aos seus fins e à sua posição dentro do ordenamento jurídico, sempre procurando a finalidade para a qual a lei foi editada

(B) A interpretação autêntica é realizada pelo legislador, por meio das chamadas leis interpretativas. A lei interpretativa, em relação à lei interpretada, pode ser posterior ou contextual. É contextual quando o dispositivo interpretante pertence ao mesmo texto legal do dispositivo interpretado

(C) A interpretação declarativa se opera quando o sentido e o alcance atribuídos ao texto condizem com os exatos termos existentes previstos na lei. Ela se verifica quando há correspondência entre a expressão linguístico-legal e a voluntas legis, sem que haja necessidade de dar ao comando normativo um alcance ou sentido mais amplo ou mais restrito

(D) A interpretação é extensiva quando o intérprete conclui que o alcance da norma é mais amplo do que indicam os seus termos. Nela, o legislador disse menos do que deveria dizer, devendo a lei ser aplicada a determinadas situações não previstas expressamente em seu texto. Quando o Código de Processo Penal estabelece as causas de suspeição dos julgadores, refere-se exclusivamente ao juiz; contudo, seu contexto deve incluir o jurado, que a despeito de ser leigo, também é julgador

(E) A interpretação restritiva restringe o significado, partindo da ideia que a lei disse mais do que pretendia. Assim, quando a lei penal dispõe que a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal, forçoso reconhecer que até mesmo a embriaguez patológica não pode excluir referida imputabilidade, mesmo quando venha a interferir totalmente na capacidade do indivíduo

LEGISLAÇÃO

1. (2025)

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, a composição do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco poderá ser alterada:

- (A) por resolução do Presidente do Tribunal, após consulta ao Órgão Especial.
- (B) exclusivamente por lei complementar aprovada pela Assembleia Legislativa.
- (C) mediante deliberação da maioria simples dos desembargadores.
- (D) apenas por deliberação de dois terços dos seus integrantes.
- (E) por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça.

2. (2025)

Sobre a eleição para os cargos diretivos do TJPE, é correto afirmar que:

- (A) o Corregedor-Geral da Justiça é eleito antes do Presidente.
- (B) a eleição ocorre obrigatoriamente no mês de fevereiro, com posse imediata.
- (C) é vedada a reeleição para qualquer cargo de direção.
- (D) podem concorrer todos os desembargadores, independentemente da antiguidade.
- (E) a posse ocorre na mesma sessão em que se realiza a eleição.

3. (2025)

No tocante ao preenchimento das vagas destinadas ao quinto constitucional no TJPE, assinale a alternativa correta:

- (A) A lista sêxtupla deve ser formada exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (B) O prazo para indicação da lista sêxtupla é de 60 dias após a vacância.
- (C) A lista tríplice é formada mediante escrutínio secreto pelo Tribunal Pleno.
- (D) O Presidente do TJPE nomeia diretamente o novo desembargador entre os indicados.
- (E) O Chefe do Poder Executivo não participa do processo de nomeação.

4. (2025)

Assinale a alternativa correta sobre a composição do Órgão Especial do TJPE, conforme previsto no Regimento Interno:

- (A) Todos os seus integrantes são eleitos pelo Tribunal Pleno.
- (B) É formado por vinte desembargadores, sendo metade escolhida por eleição e metade por antiguidade.
- (C) Apenas os membros da Mesa Diretora podem integrar o Órgão Especial.
- (D) O Órgão Especial não possui competência jurisdicional.
- (E) São escolhidos dez membros por antiguidade, cinco por eleição e cinco por indicação do CNJ.

5. (2025)

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, o Tribunal Pleno compete:

- (A) apenas julgar processos administrativos internos.
- (B) decidir exclusivamente sobre matérias de competência originária do Tribunal.
- (C) eleger membros das Comissões Permanentes e respectivos suplentes.
- (D) julgar ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais e federais.
- (E) indicar o juiz mais novo da entrância inicial para fins de promoção.

6. (2025)

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, após o relatório do relator em sessão de julgamento, o Presidente facultará a palavra às partes e ao Ministério Público, para sustentação oral, pelo prazo improrrogável de 15 minutos, nas seguintes hipóteses, exceto:

- (A) recurso de apelação.
- (B) agravo de instrumento contra decisão interlocutória.
- (C) embargos de declaração.
- (D) mandado de segurança.
- (E) agravo interno por ofensa ao princípio da colegialidade.

7. (2025)

Segundo o Regimento Interno do TJPE, é permitida a renovação da sustentação oral:

- (A) apenas no julgamento de embargos de declaração.
- (B) quando o feito retorna à mesa após cumprimento de diligência ou novo desembargador oficial no julgamento adiado.
- (C) em todos os processos com voto vencido.
- (D) sempre que houver oposição das partes.
- (E) somente nos julgamentos do Órgão Especial.

8. (2025)

Conforme o Regimento Interno do TJPE, se um desembargador pedir vista dos autos, ele terá prazo de:

- (A) 15 dias corridos, prorrogáveis por igual período.
- (B) 5 dias úteis, improrrogáveis.
- (C) 10 dias úteis, prorrogáveis por até mais 10 dias úteis.
- (D) 20 dias úteis, prorrogáveis uma vez.
- (E) 30 dias corridos, sem possibilidade de prorrogação.

9. (2025)

No julgamento por meio de Plenário Virtual, de acordo com o Regimento Interno do TJPE, considera-se que o desembargador acompanhou o relator quando:

- (A) declarar voto favorável, mesmo com ressalva.
- (B) declarar voto divergente, mas sem fundamentação.
- (C) não se manifestar no prazo de 10 dias corridos.
- (D) declarar-se impedido após o início da sessão.
- (E) houver empate entre os demais julgadores.

10. (2025)

Assinale a alternativa correta sobre o acórdão, conforme dispõe o Regimento Interno do TJPE:

- (A) O relator lavrará o acórdão, ainda que vencido no mérito.
- (B) O relator vencido lavrará o acórdão somente se vencido na preliminar ou em parte não principal do mérito.

(C) O voto vencido não será parte integrante do acórdão.

(D) Se o acórdão não for lavrado na sessão, o prazo é de 30 dias para apresentação.

(E) O relator vencido sempre será substituído pelo Presidente do órgão.

11. (2025)

No que se refere ao habeas corpus, conforme o Regimento Interno do TJPE, é correto afirmar:

(A) O habeas corpus só poderá ser impetrado por advogado regularmente inscrito na OAB.

(B) A ausência de qualquer requisito da petição de habeas corpus resulta em indeferimento imediato.

(C) É possível a concessão de liminar para restituição da liberdade de locomoção antes do julgamento.

(D) A petição inicial deve ser assinada exclusivamente pelo paciente.

(E) O pedido de habeas corpus não admite sustentação oral em hipótese alguma.

12. (2025)

Segundo o Regimento Interno do TJPE, a extinção da punibilidade na ação penal originária:

(A) Somente poderá ser reconhecida por decisão colegiada após o contraditório.

(B) Dependerá de requerimento do Ministério Público para ser decretada.

(C) Poderá ser decretada pelo relator a qualquer tempo, após ouvida a acusação.

(D) Será objeto de declaração pelo revisor, antes do julgamento.

(E) Impede a aplicação do instituto da exceção da verdade.

13. (2025)

Com base no Regimento Interno do TJPE, a petição inicial da ação rescisória será distribuída somente:

(A) após o oferecimento de contestação.

(B) se apresentada por advogado com procuração pública.

(C) com o recolhimento do depósito legal e custas, exceto para quem gozar da gratuidade.

(D) se acompanhada de prova pré-constituída da nulidade da decisão rescindenda.

(E) após manifestação prévia do Ministério Público.